

PESQUISADORES DO ESTADO DE SP EM GREVE!

Ao mesmo tempo em que os senhores Quércia e Fleury se defendem no caso das importações dos equipamentos de Israel argumentando em nome do desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas no Estado, o comportamento de ambos - e não há aqui qualquer coincidência fortuita - em relação às instituições de pesquisa de São Paulo é simplesmente intolerável, o que levou os colegas de 11 dos 17 institutos paulistas a decretarem greve com a suspensão dos projetos de pesquisa, cursos e assessorias técnicas.

Note-se que o descaso por parte do governo é tão grande que, mesmo sabedor de que os salários dos pesquisadores daquelas instituições fora corrigido em menos de 30% da variação da arrecadação do ICMS no período de março de 1987 até agora, ele se recusou a discutir o problema em qualquer momento. Com a ironia que lhe é peculiar quando trata das questões salariais do funcionalismo, este mesmo governo agora se recusa a negociar, sob alegação de não dialogar com grevistas. Irônico? Provavelmente existem adjetivos mais adequados para qualificar esta deplorável conduta.

Apenas a título de exemplo observe-se que

uma única linha de pesquisa, sobre cultivo e industrialização da laranja, envolvendo o ITAL, o INSTITUTO AGRONÔMICO e o INSTITUTO BIOLÓGICO concorreu positivamente para a viabilização de um volume de exportações, em 1991, no valor de US\$ 1,5 bilhões, garantindo uma arrecadação do ICMS de US\$ 74,8 milhões ao Estado de São Paulo. Enquanto isto, é gasto com a folha de pagamento dos 1300 pesquisadores a ínfima parcela de 0,08% da arrecadação do ICMS e o governo se recusa a negociar o aumento daquela folha para 0,3% de forma escalonada em 24 meses, conforme a pauta de reivindicações dos pesquisadores em greve.

Falta de dinheiro é a permanente desculpa, de resto, nossa velha conhecida, mas que esconde - ainda é possível esconder? - uma deliberada política de sucateamento das instituições de pesquisa, inclusive as universidades, não somente em São Paulo, mas em todo país. Dinheiro para os salários não há, pois ele tem que ser usado para coisas mais importantes como a aquisição dos equipamentos de Israel, sob suspeita de superfaturamento, e o socorro à Vasp privatizada do sr. Canhedo.

SALÁRIOS DOS PESQUISADORES CIENTÍFICOS DO ESTADO DE SP - NOV/92

PQC I	PQC II	PQC III	PQC IV	PQC V	PQC VI
4.181.520,70	5.221.245,60	5.221.245,60	7.780.293,20	8.030.830,20	9.569.838,00

COMO SERIAM HOJE ESTES SALÁRIOS SE TIVESSEM SIDO CORRIGIDOS PELO CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS DESDE 1987

PQC I	PQC II	PQC III	PQC IV	PQC V	PQC VI
9.981.879,00	13.200.832,99	18.093.226,84	22.061.066,59	23.358.257,91	30.045.712,87

TRAMITAÇÃO DA LDB

Reproduzimos, abaixo, o relatório da semana de 7 a 11 de dezembro enviado pela ANDES-SN às Associações Docentes e Seções Sindicais:

I. O Plenário da Câmara Federal votou em 09/12, por acordo de liderança, até o artigo 25, capítulo V que trata do Sistema Nacional de Educação. Contudo ficaram em pendência os artigos:

ARTIGO	DO QUE TRATA	PONTO POLÊMICO
19	trata das condições para autorização das escolas privadas.	O ponto polêmico diz respeito a extensão do piso salarial ao magistério do ensino privado.
20	trata das escolas privadas não lucrativas.	A questão polêmica refere-se aos recursos públicos no limite de até 15% de seu orçamento de custeio.
21	trata da gestão democrática das escolas públicas de educação básica.	A questão polêmica refere-se à possibilidade de eleição de diretores para as escolas públicas.
24	trata da composição do Conselho Nacional de Educação.	A questão polêmica diz respeito a participação de conselheiros indicados pelas entidades representativas de trabalhadores e estudantes secundaristas.

II. A ANDES-SN informou que tem sido bastante moroso o andamento das reuniões de negociação. Além disso, não acontecem as reuniões que têm sido programadas. Nesta semana ocorreram apenas duas reuniões e isso tem impedido o andamento da votação em Plenário.

Segundo o relatório enviado pela ANDES-SN, a negociação do artigo 26 não evoluiu pelo posicionamento do PDT defendendo suas emendas relativas a organização da educação em níveis de ensino: fundamental (5 anos) e o médio com dois ciclos (médio de 5 anos e preparatório para o superior de 2 anos). Aqui está a redução da obrigatoriedade de 8 para 5 anos.

Está prevista votação em Plenário para os dias 15 e 16/12/92.

O líder do governo, Roberto Freire, informou que embora dia 15 de dezembro se encerre o período legislativo, a Câmara se autoconvocará até 23 de dezembro e estarão incluídas na pauta todas as matérias em regime de urgência e as que estão em processo de votação. Dessa forma está assegurada a tramitação da LDB.

No entanto, caso até 23 de dezembro não ocorra a votação da LDB, ela poderá se constituir num dos itens de pauta da convocação extraordinária do Congresso a ser feita pelo Executivo, desde que haja um acordo entre as lideranças dos partidos na Câmara e o Ministério da Educação. É, portanto, necessário desencadear pressão junto às lideranças e o MEC no sentido de assegurar a inclusão da matéria na pauta de convocação.

O BRASIL APÓS A ECO-92

A sociedade brasileira saiu com dois grandes "saldos positivos" da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

O primeiro foi a assinatura do presidente Collor, como primeiro chefe de Estado, do tratado da Biodiversidade. Bush, paradoxalmente, por conta da sua campanha de reeleição, recusou-se a assinar esse tratado que contrariava, embora não totalmente, os interesses das Multinacionais em explorara gratuitamente os recursos naturais e a biota do Terceiro Mundo. A posição do Governo brasileiro no evento significava um passo favorável na tentativa de derubar o projeto de Lei 824/91 que se encontrava em tramitação no Congresso Nacional, apesar de ser de autoria do próprio Governo e de tratar-se de um compromisso de Collor com as Multinacionais durante a sua campanha para a presidência.

O segundo "ganho" daquele encontro foi a declaração do Governador Fleury, cancelando o projeto da construção da Termoelétrica de Paulínia e, ainda, declarando que esse tipo de usina não seria construído em nenhum município do Estado de São Paulo.

A Conferência, também conhecida como Eco-92, foi fogo de palha, ótima enquanto durou e hoje ninguém se lembra nem das suas deliberações, seja no Riocentro, seja no Aterro do Flamengo.

Numa outra manifestação possível, eu poderia analisar a atual conjuntura nacional após a Rio-92. Aqui, gostaria de aproveitar este pequeno espaço para falar de um assunto que teria significado maior a nível do Estado de São Paulo e, particularmente, a nível de Campinas e que envolve o nome da Unicamp.

O Governo de São Paulo, através de um convênio triangular, Cesp/Marinha/Unicamp, lançou recentemente um balão de ensaio, falando em projeto de gerar energia elétrica a partir de minicentrals nucleares. O balão de ensaio funcionou tão bem que a população, de fato, se apavorou. Era o que o Governo queria, pois, em seguida, para tranquilizar todos os segmentos da sociedade aterrorizada, a Cesp falou de um projeto de instalação de uma usina termoelétrica no município de Mogi-Guaçu. O governo paulista acreditava com isso que a população optaria pelo projeto menos prejudicial.

Para não chamá-la de política chantagista, pode-se dizer que é uma brincadeira de tremendo mau gosto. Os governantes que estão levando o país para o ano 2000, devem preocupar-se com os princípios de manter a palavra e cumprir os compromissos com a sociedade, além de respeitá-la, bem como os cargos que ocupam.

É um balão de ensaio no mínimo infeliz. E, se não for um balão de ensaio, que seria então? Há uma outra e única alternativa bem pior, na qual tento não acreditar: é impossível admitir que a Marinha esteja desenvolvendo um projeto militar sigiloso, usando com isso colegas da Unicamp e técnicos da Cesp que teriam caído inocentemente nesta armadilha.

A sociedade exige esclarecimentos dos diretamente envolvidos e continua atenta aos atos duvidosos das autoridades. Essa mesma sociedade, apesar do desânimo e da decepção com as políticas governamentais, poderá mostrar novamente como otimizar o uso do atual potencial energético e como poderemos gerar novas energias através de alternativas inteligentes, eficientes, e econômicas e ecologicamente aceitáveis.

PROF. MOHAMED HABIB - Diretor do IB/Unicamp